



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Estado de Sergipe • Aracaju
segunda-feira • 24 de outubro de 2013

REGULAMENTAÇÃO HOSPITALAR

MPE instaura inquérito para apurar improbidade

Luana Moura

O Ministério Público Estadual (MPE) instaurou um inquérito civil há cerca de três semanas para apurar responsabilidades de improbidade administrativa da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS), que é responsável pelo Hospital Governador João Sampaio Filho (HGJAF) e pela Maternidade Nossa Senhora do Carmo (MNSL). Segundo o promotor de Justiça Euza Missano, são vários os pontos encontrados nas duas unidades de saúde do Estado que estão em questão não é o dano ao erário público, mas também a falta de eficiência do gerenciamento. “São pontos que não estão sendo cumpridos pela Fundação e vamos apurar isso”. Desde o ano passado que o MPE tem ações porque há problemas de abastecimento em duas unidades de saúde, devido à falta de medicamentos, materiais básicos de insumo e roupas para os centros cirúrgicos. Então, em 2012, apreendendo a gravidade da situação porque naquela época já existia uma dívida da Fundação com fornecedores, entramos com ação judicial contra o Estado, sabendo que ele reassumiu a administração do hospital e da maternidade e também houve uma intervenção fiscalizatória na Fundação por-



DIÓGENES DI/CS

■ **Euza Missano:** “têm pontos que não estão sendo cumpridos pela Fundação”

que o órgão tinha perdido o seu poder de compra no mercado, já que estava devendo a fornecedores”, explica.

No entanto, de acordo com Euza, apesar de a liminar dessa ação de 2012 ter sido concedida, o Estado recorreu e o Tribunal de Justiça de Sergipe (TJ/SE) suspendeu a decisão. “A liminar foi dada, mas o Estado recorreu e o Tribunal suspendeu a decisão. Mas estamos agora com esse inquérito civil e vamos apurar as improbidades administrativas que podem ter ocasionado nesses grandes problemas encontrados nas duas unidades de saúde”, conta.

• Dívidas

Mesmo sem saber o valor da dívida que a FHS tem com fornecedores, a promotora do

MPE ressalta que cirurgias já foram adiadas por essa questão. “Algumas intervenções não foram realizadas porque a Fundação estava devendo a um fornecedor e o hospital estava sem roupa para o centro cirúrgico. Não sei informar exatamente o débito, mas ele é realmente alto e isso impede um melhor funcionamento tanto do hospital quanto da maternidade”, conclui Euza Missano.

• Fundação

A Procuradoria Jurídica da Fundação Hospitalar de Saúde esclarece que, sobre o processo, existe uma liminar concedida em primeira instância pelo Poder Judiciário. Entretanto, recorreu-se da decisão através de agravo de instrumento, que foi recebido pelo

Tribunal de Justiça com efeito suspensivo, razão pela qual a liminar não foi cumprida.

Quanto ao déficit financeiro e à dívida remanescente da FHS, trata-se de algo passível de resolução totalmente administrável desde que medidas emergenciais de contenção de gastos e despesas, que não retratem a finalidade maior do atendimento ao usuário do SUS, possam ser revistas e tratadas em caráter de urgência pelo Governo.

Ainda segundo a FHS, os fornecedores vêm sendo recebidos diuturnamente. Todos os débitos existentes vêm sendo negociados e pagos. A linha de frente de atuação técnica da SES será mantida do lado a lado nessa condução. O trabalho tem sido feito de forma a priorizar a aplicação de recursos em algumas áreas, a exemplo do abastecimento. E mesmo com os limites financeiros, é com os recursos que se tem que se vem ampliando serviços, como os novos leitos do Hospital de Estância, a implantação da urgência ortopédica em Itabaiana, o abastecimento de um número maior de itens e por um período mais longo, de forma paralela às negociações e pagamentos de passivos. Essa estratégia é pensada de forma a garantir o mais importante na manutenção dessa estrutura que é a busca pela melhoria contínua na construção da assistência em saúde ao usuário do SUS.